



PF
SR/PF/MT

ANEXO IV - JUSTIFICATIVAS À COMPOSIÇÃO DO BDI

Obra de Reforma da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso

1 Observações Gerais

Os valores percentuais abaixo discriminados foram obtidos com base na tabela contida no Acórdão 2622/2013 – TCU, item 9.2.1, que trata dos valores para construção de edifícios. Desta forma para itens de mero fornecimento de material foi adotado o BDI de 16,80% conforme estipulado no Acórdão.

2 Administração Central = 4,00%

A administração central de uma empresa de construção civil, toda a estrutura necessária para execução de atividades específicas de direção geral da empresa como um todo, de forma que sejam alcançados os objetivos empresariais da construtora.

O valor da taxa de administração central decorre do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras que a empresa esteja executando no período, variando de acordo com a complexidade e o prazo de cada obra, com a estrutura da empresa e efetivamente com a necessidade de utilização do escritório central pela obra, como por exemplo, nas áreas de suprimentos e financeiro.

3 Seguros, Imprevistos e Riscos = 2,07% (Seguro = 0,8%, Riscos 1,27%)

Sabe-se que nas atividades relacionadas com a construção civil existem os mais variados riscos, sejam para vida humana, equipamentos ou outros bens. Há ainda a possibilidade de se causar, involuntariamente, danos corporais e materiais a terceiros.

Quanto à taxa para imprevistos, essa pode estar incluída no BDI, pois há imprevistos que não são cobertos pelo seguro.

Consideram-se como imprevistos ou riscos os seguintes acontecimentos, dentre outros cuja ocorrência prejudica o andamento dos serviços e independe da atuação prévia do executor da obra: fenômenos naturais (águas subterrâneas, ventos fortes, condições climáticas atípicas, etc); perdas de eficiência de mão-de-obra; perdas excessivas de material por quebras etc.

Como a atividade em questão é uma reforma aonde não há como prever todos os serviços pois não há como fazer uma inspeção mais detalhada iremos adotar o valor médio 0,80 % para o seguro e 1,27 % para imprevistos e riscos de acordo com o valor médio estipulado pelo acórdão 2622/2013 do TCU

4 Despesas Financeiras = 1,23%

Valor médio indicado no referido acórdão.



PF
SR/PF/MT

5 Impostos = 10,24% (COFINS = 3,0%. PIS = 0,65% ISS = 2,09% e CPRB 4,5%)

Contabilmente, como não há como enquadrar o PIS e a COFINS como custos de produção, já que não são gastos incorridos no processo de obtenção dos serviços/bens que estão sendo executados, considera-se que se trata de despesas indiretas.

A alíquota de ISS para o município de Cuiabá na construção civil é de 5% sobre o valor da mão de obra, conforme a tabela I Código Tributário Municipal de Cuiabá (CTM). Desta forma, aplicando-se a alíquota ao valor da mão de obra da planilha orçamentária, o valor a ser considerado é de 2,09%.

Também em virtude da desoneração foi incluído o índice de 4,5% para o CPRB de acordo com a Lei 13.161/2015.

6 Bonificação ou Honorários = 6,16%

Geralmente, considera-se coerente o valor de 6,16% para o lucro do empreendimento; essa é, inclusive, uma recomendação do TCU que coloca um intervalo entre 6,16% e 8,96% para bonificação e honorários.

ALTOUNIAN (2007)ⁱ define: “Benefício e lucro: é a parcela que contempla a remuneração do construtor, definida com base em valor percentual sobre o total dos custos diretos e despesas indiretas, excluídas aquelas referentes às parcelas tributárias. A taxa adotada como benefício deve ser entendida como uma provisão de onde será retirado o lucro do construtor, após desconto de todos os encargos decorrentes de inúmeras incertezas que podem ocorrer durante as obras, difíceis de serem mensuradas no seu conjunto.”

ⁱ ALTOUNIAN, Cláudio S.; Obras Públicas – Licitação, contratação, fiscalização e utilização; Editora Fórum; Belo Horizonte, 2007.
